

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO PRND - 1985

Neste ano de 1985, através do PRND, foi instituída a Assessoria de Defesa do Consumidor, que visava sobretudo a coordenação, apoio e orientação aos Órgãos de Defesa do Consumidor público e privado, ainda extremamente deficientes e sem sustentação em nosso País.

Hoje, ao findar 1985, podemos concluir que atingimos, senão todas as metas traçadas, pelo menos 90% delas. Muito se trabalhou na sua consolidação e conscientização, quer seja através de elaboração de documentos, de palestras, entrevistas, reuniões e etc.

Assim sendo, destacamos algumas atividades desempenhadas entre outras, que muito contribuíram para atingirmos o já citado percentual, das metas traçadas, quais sejam:

- . Elaboração de um Plano de Desenvolvimento para a Política Nacional de Defesa do Consumidor;
- . Criação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC, com participação minoritária do Estado;
- . Elaboração das metas básicas do CNDC;
- . Cartas aos dirigentes de Entidades Comunitárias Privadas e Governantes acerca da Lei 7244/84 - Juizado de Pequenas Causas e Interesses Difusos;
- . Instruções para fundações de Associações de Proteção aos Consumidores;
- . Cadernos do Consumidor (6) ✓
- . Cartas a todos os governadores e contatos telefônicos e pessoais, solicitando apoio para criação de Órgãos de Defesa do Consumidor e Juizado de Pequenas Causas, muitos destes Órgãos já se encontram em vias de instalação ou já foram instalados no Brasil afora;
- . Cartas a todos os Órgãos da Imprensa em geral, solicitando abertura de espaços para assuntos relacionados com o consumidor;
- . Reuniões com líderes Sindicais, DIFESE, Associações de Donas de Casa, dirigentes de Órgãos Estaduais, visando engajamento da sociedade civil na luta contra a inflação e especulação;
- . Quatro reuniões do CNDC, com deliberações de extrema importância para consolidação dos projetos do Conselho, entre elas podemos destacar:

. Moção de protesto contra a destruição de leite, quando do último boicote dos produtores rurais de Minas Gerais;

. Cartas aos Srs. Ministros sugerindo e solicitando melhor atuação da SUNAB, CFP, COBAL e etc. .

. Solicitação de ligações gratuitas para o telefone 198 que atende reclamações de Consumidores junto à SUNAB;

. Carta à Caixa Econômica Federal solicitando apoio para divulgação das listas de preços da cesta básica e autorização para cobrança de carnês das Associações de Defesa do Consumidor junto a todas as suas agências;

. Redução dos itens da cesta básica para somente 18 produtos;

. Solicitação de retirada do Projeto de Lei 635-A/75 originário do Executivo, que trata da nova Lei das Contravenções Penais, por conter dispositivos inconvenientes à Política de Defesa do Consumidor;

. Solicitação ao Sr. Ministro da Justiça para reativação da Comissão que trata da Lei de Economia Popular.

Ainda podemos destacar, diversos Projetos de Lei elaborados por esta Assessoria, quais sejam:

. de garantia de representação dos Consumidores junto ao Conselho Interministerial de Preços - CIP e Conselho Monetário Nacional - CMN.

. Regulamentando o artigo 49 da Lei de Economia Popular;

. Extinção do Comissariado de Economia Popular - MJ.;

. Anteprojeto de Lei com alteração da Lei de Locação de Imóveis;

. Anteprojeto de Lei sobre responsabilidade civil do produtor industrial, pelos danos causados ao Consumidor.